

Abolição da impunidade

CPI - Orçamento
CORREIO BRAZILIENSE

27 JAN 1994

Jota Alcides
Editor-Chefe

Culpados sem punição permanecem culpados reproduzindo e ampliando delitos. Como sequência à revolução ética que está mobilizando a sociedade brasileira, despertando sentimentos de cidadania e patriotismo pela moralização da vida pública nacional, cabe agora ao Congresso cumprir seu dever histórico e inarredável de punir, rigorosamente, os corruptos descobertos pela CPI que investigou os abusos cometidos pela máfia do Orçamento. Nada deve impedir que isso aconteça e será inaceitável uma frustração provocada por manobras de corporativismo. Comprovadas as denúncias e confirmadas as culpas, chegou a hora da punição.

Como resultado final da CPI do Orçamento, 18 parlamentares foram indicados para cassação, 11 inocentados e 12 listados para serem investigados. Os que devem ser punidos com a cassação sempre estiveram frequentando as páginas e os depoimentos de acusações desde o início das investigações: João Alves (BA), Cid Carvalho (MA), Manoel Moreira (SP), Ricardo Fiúza (PE), Genebaldo Correia (BA), Geraldo Ribeiro (MG), Ibsen Pinheiro (RS), Fábio Ranhueitti (RJ), Flávio Derzi (MS), Daniel Silva (MA), Anibal Teixeira (MG), Raquel Cândido (RO), Feres Nader (RJ), Ezio Ferreira (AM), João de Deus (RS), Carlos Benêvides (CE), Paulo Portugal (RJ) e Ronaldo Aragão (RO). Algumas surpresas foram superadas pelas provas acumuladas ao longo de quase cem dias de apurações. Pode parecer pequena diante da expectativa e da exigência da sociedade, mas é uma lista razoável considerando-se que o Congresso esteve investigando o próprio Congresso. Trata-se de um resultado inédito para a história dos Parlaamentos na América Latina.

É verdade que o Congresso brasileiro não está totalmente limpo, mas passando por uma limpeza expressiva. Apesar das exaustivas investigações de 73 pessoas, sendo 42 parlamentares, três governadores e 28 não-

parlamentares, "num trabalho de fôlego", o relator Roberto Magalhães tem consciência de que se a CPI fizesse um aprofundamento em prazo prorrogado, seguramente, seria muito maior a lista dos que deveriam ser cassados. Isso significa que as investigações sobre os 12 acusados, que ficaram fora do relatório final da CPI, podem ampliar as cassações. Além disso, compreende-se, a CPI do Orçamento não teve tempo suficiente para apurar criteriosamente e comprovar as denúncias de parlamentares envolvidos com propinas da construtora Odebrecht. Assim, novos parlamentares estarão ameaçados com a instalação da CPI das Empreiteiras, fundamental para esclarecer as tramas dos corruptores com o Orçamento.

De qualquer forma, o resultado da CPI do Orçamento mostrou um trabalho sério, competente, corajoso e justo. Não terminou em pizza como era o temor de muitos. Pelo contrário, exibiu "as partes cancerosas das entranhas do Congresso, terrivelmente comprometidas", como avaliou Magalhães. Este resultado agora vai orientar o Ministério Público para abrir ações penais contra os acusados, pedir a suspensão dos direitos políticos e determinar o confisco dos bens de todos que se enriqueceram ilicitamente. Devem ser punidos, de acordo com as leis, porque envergonharam os eleitores pelo imenso desrespeito aos interesses públicos.

Além da perda de mandatos e do confisco de bens, os acusados pela CPI do Orçamento podem também ir para a prisão pelos crimes de corrupção e de sonegação fiscal. O movimento nacional pela ética não admite recuo. O Congresso vive um momento histórico para restauração de sua credibilidade e para o fortalecimento da democracia. Em poucos meses, milhões de eleitores brasileiros deverão, pessoalmente, completar a faxina da CPI do Orçamento tirando de cena os políticos de conduta indecente e amantes de falcatruas. Mais consciente e mais indignada, a sociedade brasileira exige a abolição da impunidade.